



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0262594-7**

COMARCA : Recife – 2ª Vara do Júri  
APELANTES : Gilberto Morais e OUTRO  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
REVISORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira  
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna

**EMENTA:**

**PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO USO DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA (ART. 121, § 2º, INCISO IV, C/C O ART. 29, AMBOS DO CPB). DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. NOVO JULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. APELOS IMPROVIDOS.**

I – Sabe-se que decisão contrária à prova dos autos é aquela que não encontra qualquer subsídio nas provas carreadas ao processo, o que não ocorre no caso *sub examine*.

II – No caso concreto presente, a decisão condenatória do Conselho de Sentença foi consonante com o acervo probatório inserto no bojo dos autos, optando os Senhores Jurados pela tese mais verossímil, no caso, a da acusação, destarte, não há que se falar em decisão contrária à prova dos autos, e, conseqüentemente, em novo julgamento.

III – Apelações às quais se negam provimentos. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0262594-7**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em negar provimento aos recursos**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 23 de 09 de 2014

**Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0262594-7**

COMARCA : Recife – 2º Vara do Júri  
APELANTES : Gilberto Moraes e OUTRO  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
REVISORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira  
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna

**RELATÓRIO**

---

**GILBERTO MORAIS e JAIME KLEYTON LEITE DA VEIGA** foram pronunciados (fls. 240-242) como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, inciso IV, do CPB (homicídio qualificado pelo uso de recurso que dificultou a defesa da vítima). Levados a julgamento perante o Tribunal do Júri, os apelantes foram condenados, nos termos da pronúncia, **à pena de 18 (dezoito) anos e 08 (oito) meses de reclusão, cada um, em regime inicial fechado**, nos moldes da sentença de fls. 279-281.

Narra a Denúncia (fls. 04/08) que no dia 06/02/2006, por volta das 20h30, num beco existente nas imediações da Avenida Central, no bairro de Afogados, nesta cidade, os denunciados, fazendo uso de uma espingarda calibre 12, efetuaram vários disparos contra a vítima **LENIVALDO BEZERRA DE LIMA**, o qual veio a falecer em decorrência das lesões sofridas, conforme atestam a Perícia Tanatoscópica de fl. 32 e a ilustração fotográfica de fl. 33.

Inconformada com a sentença condenatória, a Defensoria Pública apelou (fl. 287), oferecendo suas razões recursais às fls. 288-292, objetivando a reforma da sentença para que os apelantes sejam submetidos a um novo julgamento, com base no art. 593, inciso III, alíneas "a" e "d", do CPP, por entender que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, eis que a única testemunha que acusa os recorrentes, além de ser a genitora da vítima, não presenciou os fatos, sustentando inexistirem provas para atribuir aos mesmos a autoria delitiva, requerendo, dessa forma, a absolvição.

O **Ministério Público** de 1ª instância ofereceu contrarrazões às fls. 294-2-296, rechaçando as alegações ali contidas e pugnando pela **improvemento** dos apelos, com a confirmação da decisão guerreada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

A douta **Procuradoria de Justiça**, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer às fls. 306-309, opinando pelo **improvemento** dos apelos, com a manutenção integral do *decisum* atacado.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, <sup>25</sup> de *julho* de 2014.

*Nivaldo Mulatinho Filho*  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: **0262594-7**

COMARCA : Recife – 2º Vara do Júri  
APELANTES : Gilberto Moraes e OUTRO  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
REVISORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira  
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna

**VOTO**

---

**GILBERTO MORAIS e JAIME KLEYTON LEITE DA VEIGA** foram pronunciados (fls. 240-242) como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, inciso IV, do CPB (homicídio qualificado pelo uso de recurso que dificultou a defesa da vítima). Levados a julgamento perante o Tribunal do Júri, os apelantes foram condenados, nos termos da pronúncia, **à pena de 18 (dezoito) anos e 08 (oito) meses de reclusão, cada um, em regime inicial fechado**, nos moldes da sentença de fls. 279-281.

Narra a Denúncia (fls. 04/08) que no dia 06/02/2006, por volta das 20h30, num beco existente nas imediações da Avenida Central, no bairro de afogados, nesta cidade, os denunciados, fazendo uso de uma espingarda calibre 12, efetuaram vários disparos contra a vítima **LENIVALDO BEZERRA DE LIMA**, o qual veio a falecer em decorrência das lesões sofridas, conforme atestam a Perícia Tanatoscópica de fl. 32 e a ilustração fotográfica de fl. 33.

Segundo a Denúncia, a Sra. Rosilda Bezerra de Lima, genitora da vítima, informou que cerca de vinte minutos antes do ocorrido seu filho lhe informou que, para evitar que os denunciados fossem até sua residência, iria ao encontro dos acusados para ver uma espingarda calibre 12 que os mesmos haviam adquirido.

Minutos após a saída do seu filho, veio a tomar conhecimento do assassinato do mesmo, bem como de que a autoria do crime pertencia aos denunciados.

Ouvido o menor Eduardo Elias da Silva, este informou ter sido os denunciados os autores do crime, informando que a vítima, em algumas



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

visitas feitas ao denunciado KLAYTON na FUNDAC, chegou a lhe pedir que não a matasse, haja vista as notícias de que a pessoa de VINICIUS havia encomendado sua morte àquele, por divergência na partilha do produto de assalto.

Informou o menor, ainda, que o crime ocorreu quando KLAYTON e GILBERTO, já em liberdade, ficaram à espera da vítima LENIVALDO na via pública, na Av. Vinte e Um de Abril, sendo a mesma, ao passar por aquela artéria, arrastada por aqueles até um beco próximo, onde foi atingida por um disparo de espingarda calibre 12.

No mesmo sentido foram os informes da testemunha presencial do crime Diogo Barbosa da Silva, que confirmou que era do conhecimento daquela comunidade que KLAYTON, a mando de VINICIUS, estava a procura da vítima para executá-la.

Informou que se encontrava naquelas imediações quando GILBERTO e KLAYTON chegaram a procura da vítima, ocasião em que o primeiro portava uma espingarda calibre 12, e presenciou quando KLAYTON pediu que GILBERTO pegasse uma bicicleta e fosse chamar a vítima, ocasião em que indagou o motivo pelo qual havia mandado chamar a vítima, tendo KLAYTON respondido que era para executá-la. Após saber a motivação, procurou deixar aquele local, sendo, porém, impedido por KLAYTON, momento em que presenciou a vítima dali se aproximar na companhia de GILBERTO.

Quando a vítima cumprimentou KLAYTON, GILBERTO mostrou a espingarda calibre 12, para, em seguida, efetuar o disparo que atingiu a vítima, a qual foi ainda agredida com o cano da arma, até ser detectado o seu óbito.

Ainda segundo a atrial acusatória, a vítima e os denunciados eram envolvidos em diversos crimes, inclusive no tráfico de drogas.

Os denunciados não foram ouvidos em sede policial, em razão de não terem sido localizados.

De acordo com a Denúncia, os denunciados agiram a mando da pessoa denominada VINICIUS, ainda não identificada nos autos, e a vítima não teve meios de exercer a sua defesa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

A materialidade delitiva se encontra evidenciada através da Perícia Tanatoscópica de fl. 32 e ilustração fotográfica de fl. 33.

Quanto à autoria, esta resta devidamente demonstrada pelo conjunto probatório coligido aos autos.

A Defesa alega ausência de provas em desfavor dos apelantes, sustentando que a decisão do Corpo de Jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

O testemunho seguinte deixa indubitoso que a conduta dos apelantes está subsumida na regra insita no art. 121, § 2º, incisos, II, do CPB.

ROSILDA BEZERRA DE LIMA, testemunha compromissada na forma da lei, declarou (fls. 26-27):

*"(...) que, informa a depoente que 20 (vinte) minutos antes de ser assassinado, o seu filho Lenivaldo, conversou com a mesma, tendo informado que iria encontrar-se com as pessoas de Gilberto e Cleiton, pois estes queriam lhe mostrar 1 (uma) espingarda calibre 12 que havia comprado; que, o seu filho Lenivaldo lhe informou que só iria conversar com aquelas pessoas para evitar que estes fossem até a residência da depoente (...)"*

As declarações transcritas supra foram ratificadas à fl. 202.

Vê-se que o testemunho da genitora da vítima, colhido com observância ao devido processo legal e à ampla defesa, é contundente no sentido de atribuir aos apelantes a autoria da conduta delitiva descrita na atial acusatória. Ressalte-se que os apelantes, utilizando-se da arma sobre a qual a vítima havia tecido comentários à sua genitora, atiraram naquela, ceifando a sua vida, após ser atraída ao beco, nas imediações da Avenida Central, em Afogados, mediante surpresa.

Como cediço, os depoimentos dos familiares da vítima são idôneos e aptos a embasar qualquer condenação. O CPP, nos seus artigos 202 e seguintes, enquadra referidos depoimentos como prova testemunhal. Outrossim, o CPP atribui menor relevância aos depoimentos dos parentes do acusado, que são considerados informantes e dispensados de prestar o compromisso, consoante se depreende do art. 206 do referido Diploma Legal.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

Assim, quanto ao pleito de anulação da sentença fustigada, para que os apelantes sejam submetidos a novo julgamento, ao argumento de que a decisão da Corte Laica foi manifestamente contrária à prova dos autos, nenhuma razão assiste à Defensoria Pública.

Como muito bem pontuou a douta Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna (fls. 306-307):

*"A genitora da vítima, de nome ROZILDA BEZERRA DE LIMA, fls. 16/17 e 202/203, aponta os apelantes como os autores do crime, segundo foi informada por um menor da localidade. Ainda, em Juízo, fls. 202/203, relatou que, após o homicídio que vitimou o seu filho, os apelantes passavam perto de sua residência armados e mandavam recados. Os recados que recebia é que no dia que eles, apelantes, se soltarem, vão matar a informante e o seu outro filho. Acrescentou que a vítima possuía uma corrente dourada e que esta desapareceu, tendo a informante a encontrado com a pessoa de NENÉM. Este devolveu a corrente à informante e disse que adquiriu o objeto à pessoa de KLAYTON, por R\$-50,00.*

*As testemunhas EDUARDO ELIAS DA SILVA, fls. 22/23, e DIOGO BARBOSA DA SILVA, fls. 24/26, são pessoas envolvidas com a criminalidade, desde quando menores de 18 anos de idade. Conheciam os apelantes e a vítima quando todos estiveram na FUNDAC, depois reencontrando-se em estabelecimento prisional. Apontaram os apelantes como os autores do homicídio que vitimou LENIVALDO bezerra de lima. Em juízo, EDUARDO ELIAS DA SILVA, fls. 143, retificou o seu depoimento, afirmando que quem matou a vítima foi o indivíduo conhecido por ÍNDIO, tendo visto quando ÍNDIO, na televisão, apontou GILBERTO como o autor do crime. DIOGO BARBOSA DA SILVA, por sua vez, em Juízo, fls. 204, também retificou as declarações prestadas perante a autoridade policial, apontando ÍNDIO como o autor do homicídio.*

*Vale ressaltar que as testemunhas FABIANA CRISTINA CÂNDIDA DE OLIVEIRA, fls. 29/32, e JORGE FERREIR CALADO, fl. 39/40, ouvidas na fase inquisitorial, parentes de outras pessoas que foram vítimas de homicídios praticados pelos apelantes, imputaram a prática do homicídio da vítima LENIVALDO aos apelantes."*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

No julgamento pelo Tribunal Popular, os apelantes optaram por permanecer em silêncio (fls. 283-284).

Em juízo, por ocasião do seu interrogatório (fls. 95-97), o apelante GILBERTO negou a autoria delitiva, confirmando, entretanto, que conhecia a vítima e o corréu KLAYTON. Declarou que viu LITO na televisão acusando-o de ser o autor do assassinato de LENIVALDO, não sabendo o porquê de LITO ter feito tal acusação contra ele.

O codenunciado KLAYTON, igualmente, negou a autoria do crime, apontando-a para LITO. Declarou que conhecia o corréu GILBERTO e a vítima. Indagado sobre o fato da testemunha DIOGO ter presenciado o crime, apontando os apelantes como autores, declarou que nada tinha a dizer a esse respeito e que não sabia porque Diogo queria prejudicá-los.

*In casu*, o Corpo de Jurados, analisando os elementos de provas carreados aos autos, entendeu que a negativa de autoria dos apelantes estava isolada do conjunto probatório, não merecendo, pois, credibilidade.

Já as declarações da genitora da vítima, ao revés, foram firmes e coerentes desde a fase inquisitorial e harmônicas com as provas dos autos.

Sabe-se que decisão contrária à prova dos autos é aquela que não encontra qualquer subsídio nas provas carreadas ao processo, o que não ocorre no caso *sub examine*.

Como cediço, o duplo grau de jurisdição deve conviver harmoniosamente com a soberania dos veredictos, pois só se deve anular um julgamento e determinar a realização de outro quando, efetivamente, a Corte Laica se equivocou, aderindo à tese cabalmente inconciliável com os elementos de prova dos autos, sob pena de afronta ao princípio constitucional da soberania dos veredictos. Destarte, não cabe anulação quando os jurados optaram por uma das versões apresentadas em Plenário.

No caso concreto presente, a decisão condenatória do Conselho de Sentença foi consonante com o acervo probatório inserto no bojo dos autos, optando os Senhores Jurados pela tese mais verossímil, no caso, a da acusação. Em sendo assim, não há que se falar em decisão contrária à prova dos autos, e, conseqüentemente, em novo julgamento.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

Sobre o assunto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, verbis:

"MANIFESTA CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES A RESPEITO DO CRIME. JULGAMENTO DA APELAÇÃO CONTRA DECISÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI. (...)

**II. Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão que, optando por uma das versões trazidas aos autos, não se encontra inteiramente divorciada do acervo probatório existente no processo. (...)"**. (REsp 690.927/CE, Relatora Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 13.03.2007 e publicado no DJ de 26.03.2007, p. 309). (Grifei).

Pelo expendido, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, nego provimento aos recursos.

Recife, 23 de setembro de 2014.

**Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator**



0072  
340

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira  
Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife/PE, CEP: 50010-230 - [gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br](mailto:gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br)

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0016136-17.2006.8.17.0001 (0262594-7)

PROCESSO 1º GRAU N.º: 0016136-17.2006.8.17.0001

COMARCA : Recife – 2ª Vara do Júri  
APELANTES : Gilberto Moraes e Jaime Klayton Leite da Veiga  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho  
REVISORA : Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

### VOTO DE REVISÃO

O Ministério Público do Estado de Pernambuco denunciou Gilberto Moraes e Jaime Klayton Leite da Veiga pela prática em tese do crime de **homicídio consumado**, qualificado pelo motivo torpe e pela dissimulação ou outro recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima (art. 121, §2º, I e IV) c/c art. 29<sup>1</sup> (concurso de pessoas), ambos do Código Penal Brasileiro (fls. 04/07).

Denúncia recebida em 16/05/2006 (fls. 59).

Decisão de Pronúncia de 10/02/2010 (fls. 240/242).

Levado a julgamento perante o Tribunal do Júri da 2ª Vara da Capital, o Conselho de Sentença condenou Gilberto Moraes e Jaime Klayton Leite da Veiga pela prática dos crimes descritos no art. 121, §2º, I e IV, c/c art. 29, ambos do Código Penal Brasileiro. Tendo-lhes sido aplicada uma reprimenda de 18 (dezoito) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado (fls. 283/284).

Irresignados, Gilberto Moraes e Jaime Klayton Leite da Veiga Neto, representados pela Defensoria Pública de Pernambuco, manifestaram interesse em recorrer (fls. 284), oferecendo suas razões recursais às fls. 287/292, ao argumento de que a decisão proferida pelo Conselho de Sentença é

<sup>1</sup> Do concurso de pessoas

Regras comuns às penas privativas de liberdade

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife/PE, CEP: 50010-230 - [gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br](mailto:gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br)

manifestamente contrária à prova dos autos, eis que restaram demonstrados os requisitos da negativa de autoria por insuficiência de provas, razão pela qual requer o provimento do presente apelo e, via de consequência, que sejam os acusados submetidos a um novo julgamento.

Nas contrarrazões recursais de **fls. 294/296**, o Ministério Público rechaça as alegações recursais e pugna pelo não provimento recursal.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa de Dra. Eleonora de Souza Luna, emitiu parecer pelo não provimento recursal (**fls. 306/309**).

Inicialmente incumbe destacar que não se há falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos se os jurados optaram pela condenação dos apelantes, com o reconhecimento das qualificadoras, em franco acolhimento a uma das teses que lhes fora apresentada, com o respaldo do arcabouço probatório carreado aos autos, exercendo, assim, a sua soberania, nos termos do artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição da República.

*In casu*, a decisão dos jurados, que acolheu a tese acusatória, fundamentou-se nas provas testemunhais prestadas por **Rozilda Bezerra de Lima** às fls. 16/17 e 202/203, **Fabiana Cristina Cândida de Oliveira** às fls. 29/32 e **Jorge Ferreira Caldado** às 39/40.

A mãe da vítima, **Rozilda Bezerra de Lima**, disse em juízo que (fls. 202/203):

*"(...) Que confirma todo o seu depoimento prestado na DEPOL às fls. 26/27 e assinatura constante nas duas folhas; que não sabe quem é o menor que ela faz referência em seu depoimento na polícia, vez que vem levando uma vida atormentada por constantes perseguições dos acusados que prometem matar a ela e um filho; que só teve sucesso quando da prisão dos acusados; que nunca ouviu dos réus qualquer tipo de ameaça, só sabe que eles passavam armados perto da residência dela e mandavam recados; que o recado que recebe é que no dia que eles se soltarem, eles vão matar a depoente e o filho; que a corrente dourada que desapareceu da vítima, a depoente encontrou no dia seguinte ao crime com a pessoa de "Neném" devolveu a corrente à depoente; que "Neném" disse ter adquirido a Klayton a corrente por R\$50,00; que tem conhecimento que os réus*



345

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira  
Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife/PE, CEP: 50010-230 - [gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br](mailto:gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br)

*tem diversos crimes de homicídio praticados em Afogados, inclusive o de uma menina de 16 anos; que a vítima destes autos matou a pessoa de Jorge, conhecido como "Bicão", pessoa que foi criada pela depoente; que seu filho, vítima destes autos, disse que matou "Bicão" obrigado por Klayton; que Klayton procurava a companhia da vítima para andar, mas a vítima evitava; que conhece a pessoa de Diogo há bastante tempo e o mesmo não falou sobre o crime narrado na denúncia à depoente, só deu conselhos a ela para ir embora quando soube que Klayton estava solto. Dada a palavra ao Defensor Público, às suas perguntas, respondeu: que a vítima destes autos não respondeu processo pela morte de "Bicão", mas chegou a ser preso e solto e depois posteriormente preso por porte ilegal de arma; que a vítima falou a depoente que ia ver arma calibre 12, mas que não iria adquirir tal arma, só iria ver porque estava sendo obrigado por Klayton; que não conhece o menor que encontrou no dia do fato; que não tem conhecimento que a vítima destes autos usava droga; que a vítima dizia para a depoente que Klayton era o seu melhor amigo do peito; que a vítima chegou a levar feira para Klayton quando o mesmo estava preso; que o filho dela era homossexual. Às perguntas do Juiz, respondeu que: a Delegacia de Afogados, os agentes conhecem as pessoas que tem conhecimento das ameaças sofridas pela depoente (...)"*

As testemunhas **Fabiana Cristina Cândida de Oliveira e Jorge Ferreira Caldado**, que tiveram parentes assassinados pelos acusados, imputam a prática do crime descrito nos presentes autos, que vitimou fatalmente Lenivaldo Bezerra de Lima, à **Gilberto Moraes e Jaime Klayton Leite da Veiga**.

Assim, verificando que a decisão do Conselho de Sentença optou pela tese acusatória do homicídio qualificado pelo motivo torpe e pela dissimulação ou outro recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima, proferida com suporte fático consignado nos autos, não pode ser tida como manifestamente contrária à prova colhida.

Nessa senda, colaciono o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO.**



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife/PE, CEP: 50010-230 - [gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br](mailto:gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br)

**CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA MOTIVO TORPE. IMPOSSIBILIDADE. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. OPÇÃO DOS JURADOS PELA TESE ACUSATÓRIA QUE ENCONTRA RESPALDO NO CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

*1. Os Tribunais Superiores assentaram que o uso do remédio heróico se restringe a sanar ato ilegal de autoridade, que deve ser cessado de imediato, inadmitido seu uso indiscriminado como substitutivo de recursos e nem sequer para as revisões criminais.*

*2. A decisão do Conselho de Sentença que opta pela tese acusatória do homicídio qualificado pelo motivo torpe, proferida com suporte fático consignado nos autos, conforme proclamou a instância ordinária encarregada da prova, não é manifestamente contrária à prova colhida.*

*3. Tendo a pena do homicídio qualificado sido fixada no mínimo legal não há como perquirir eventual existência de circunstância atenuante.*

*4. Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 233.216/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 07/10/2013)*

Diante de todo o exposto, acompanhando o parecer da douda Procuradoria de Justiça, na pessoa de Dra. Eleonora de Souza Luna, nego provimento aos apelos mantendo íntegra a decisão proferida pelo Conselho de Sentença da 2ª Vara do Júri da Capital/PE.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014.

  
Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira  
Relatora